

DE TERRITÓRIO A PAISAGEM: O QUE É “PAISAGEM”?

NATÁLIA FAUVRELLE*
ALICE LUCAS SEMEDO**

Resumo: Neste artigo aborda-se o conceito de paisagem e algumas questões associadas ao seu entendimento, reflexão que se enquadra na investigação de doutoramento em Museologia, cujo tema é a paisagem classificada do Alto Douro Vinhateiro. Nas explorações conceptuais constatou-se a complexidade do termo “paisagem”, com várias interpretações e múltiplos sentidos. Partindo da interrogação “como é que o território se tornou paisagem?” e “o que é a paisagem?” procura-se entender o conceito sob diversas perspetivas, analisando a sua evolução e a forma como foi enquadrado em diferentes disciplinas. Ao mesmo tempo, procura-se discutir o entendimento da paisagem a partir de uma interpretação fenomenológica, onde se privilegia o contacto direto e implicado com a paisagem e os seus construtores.

Palavras-chave: Paisagem; Fenomenologia da Paisagem.

Abstract: In this paper we examine the concept of landscape and some issues related to its understanding, reflection which is associated to our Ph.D. in Museology, whose subject is the world heritage landscape of the Alto Douro Wine Region. By doing the conceptual exploration of the term we verified its density, with various interpretations and multiple meanings. Starting from the questions “how the territory has become landscape?” and “what is the landscape?” we aim to understand this concept from different perspectives, analysing its evolution and the way it was considered in different disciplines. At the same time, we will discuss the understanding of the landscape from a phenomenological interpretation, emphasizing direct and entailed contact with the landscape and its builders.

Keywords: Landscape; Landscape phenomenology.

* Museu do DOURO / Bolseira da FCT / Museu do Douro, CITCEM. natalia.fauvrelle@gmail.com.

** FLUP / DCTP / CITCEM. asemedo@letras.up.pt.

INTRODUÇÃO

Este artigo decorre da investigação de doutoramento em Museologia, cujo tema central é a paisagem do Alto Douro Vinhateiro (ADV), uma zona representativa da Região Demarcada do Douro¹, a mais antiga região vitícola demarcada e regulamentada do mundo. Esta paisagem patrimonializada pela UNESCO associa a constituição monumental do vale do Douro, de encostas íngremes e solos pedregosos, à ação contínua do ser humano, que moldou o espaço às suas necessidades agrícolas. Foi esta relação que criou um território centrado no cultivo da vinha, onde as adversidades do terreno deram lugar a uma paisagem antrópica.

É neste espaço que se produz o vinho do Porto, agente de dinamização regional da economia, da tecnologia, da cultura e das tradições há vários séculos. Assim, técnicas e saberes-fazer da paisagem evoluíram, transformaram-se, marcando a região. Além das formas de armação do terreno, o viticultor duriense criou outros elementos como edifícios de apoio à atividade agrícola, pomares, bordaduras de árvores, construções de água, etc. Estas estruturas, que fazem (ou faziam) parte do quotidiano dos trabalhadores agrícolas, são agora consideradas património, transformando-se a região vitivinícola em *região património*.



Fig. 1.
Mosaico paisagístico,
Quinta do Panascal,
Tabuaço.

¹ AGUIAR, 2000: 9.

Tendo em conta este objeto de estudo, a investigação centra-se nos conceitos de *paisagem* e *património*, questionando se diferentes entendimentos destes conceitos condicionaram o processo de patrimonialização/musealização e a própria gestão do ADV enquanto Património Mundial. Isto é, refletindo sobre eventuais divergências na perceção dos referidos conceitos entre quem classificou e gere o ADV e quem vive e constrói esse mesmo território, procura-se uma nova abordagem conceptual do ponto de vista da museologia que permita melhorar a eficácia da gestão desta *paisagem-património*.

Assim, neste artigo questiona-se *o que é paisagem?* considerando que a definição deste conceito varia de acordo com o posicionamento de cada um. Partindo desta questão e interrogando *como é que o território se tornou paisagem?* o nosso objetivo é aclarar as diferentes possibilidades de interpretação que este conceito pode ter na investigação da paisagem enquanto artefacto patrimonial. Tendo por base a revisão da literatura, analisam-se diversas perspetivas, considerando a evolução do termo e a forma como foi enquadrado em diferentes disciplinas. Em paralelo, discute-se o entendimento da paisagem a partir de uma interpretação fenomenológica, enquadramento que retira o primado da visão a que tradicionalmente se sujeita este artefacto privilegiando o contacto direto e implicado com a paisagem e os seus construtores.

PAISAGEM E TERRITÓRIO

Pela riqueza de interpretações, o conceito *paisagem* permite diferentes abordagens, que serão tanto mais ricas quanto mais abrangentes e agregadoras. Enquanto conceito, *paisagem* «não respeita as fronteiras disciplinares», sendo usado de forma sectorial, como na ecologia da paisagem ou planeamento da paisagem, quer de forma mais ampla nos estudos do património ou na geografia cultural². É por isso um conceito «transdisciplinar»³, passível de inúmeras definições e abordagens, como se infere do estudo da paisagem portuguesa coordenado por Cancela de Abreu⁴, onde a metodologia seguida é assumidamente holística e global, abarcando a dimensão ecológica, cultural, socioeconómica e sensorial.

Uma tentativa de resumir toda esta complexidade encontra-se na definição expressa na Convenção Europeia da Paisagem (CEP), proposta pelo Conselho da Europa:

² HOWARD *et al.*, 2013.

³ WATTCHOW, 2013: 1.

⁴ ABREU, 2004.

*uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos*⁵;

Partindo desta definição é possível assinalar alguns conceitos chave para entender o que é *paisagem*. Por um lado, percebemos que são as relações humanas e não-humanas⁶ em ação no território que a criam, o que remete para uma conceção da paisagem enquanto fenómeno espacial e temporal. A paisagem está no espaço e a sua transformação ocorre no tempo. Por outro lado, a paisagem evoca a questão da perceção, através da forma como é «apreendida pelas populações». Esta noção mais subjetiva da paisagem convoca a *experiência*, evento único que se cruza com as noções de espaço e tempo. É sobre estas dimensões que se pretende refletir para entender o que é *paisagem*.

Antes porém, interessa perceber como é que *parte do território* se tornou *paisagem* e por que esta se vincula à noção de *território*. Uma via para o entender é analisando a palavra *paisagem* (em inglês *landscape*), etimologicamente ligada ao termo alemão *Landschaft*, que designava na época medieval uma parte restrita de um território⁷. Originalmente associa-se ao mundo rural e às suas origens feudais, não se tratando apenas de «uma unidade territorial», como notado por K. Olwig, para quem o termo carrega «significados que vão muito para lá do cenário natural (...) [contendo] significados de grande importância para a construção da identidade pessoal, política e local»⁸. Esta conceção inicial da paisagem enquanto território remete para um espaço «constituído através de práticas sociais e ambientais»⁹. Lembremos que o conceito de território é eminentemente político, associando-se «a extensão de terra que depende de um império, de uma província, de uma cidade, de uma jurisdição»¹⁰.

Regressando ao termo germânico medieval, este entra no vocabulário europeu por volta do final do século XVI – inícios do XVII¹¹, através da palavra holandesa

⁵ EUROPE, 2000: 5. A tradução portuguesa aqui transcrita foi retirada do Decreto n.º 4/2005, que verte para a lei portuguesa a Convenção Europeia da Paisagem, ratificada pelo Governo Português em 2000.

⁶ Em vez do termo *naturais*, opta-se pelo termo *não-humano* para designar os organismos e materiais com os quais o ser humano interage e que comumente se associam a uma conceção de natureza oposta à cultura.

⁷ Entre outros refira-se COSGROVE, 2006; SCHAMA, 1995; BROOK, 2013; BENDER, 2013; OLWIG, 1996; BENDER, 2005 [rep.].

⁸ OLWIG, 1996: 631.

⁹ COSGROVE, 2006: 54.

¹⁰ RONCAYOLO, 1986: 262.

¹¹ COSGROVE, *op. cit.*; DONADIEU, 2002: 20.

*Landshap*¹², empregue para nomear paisagens idílicas¹³, com uma conotação mais visual e artística da terra¹⁴, semelhante ao equivalente italiano *parerga*. Perdeu-se o primitivo sentido de território¹⁵ e o significado de *paisagem* torna-se ambivalente, tendo quer uma associação a «uma unidade de ocupação humana, uma jurisdição»¹⁶, quer uma conotação visual, cénica, designando um género de pintura do Norte da Europa e de Itália.

Este novo tipo de representação pictórica do espaço deve-se à utilização da perspetiva linear¹⁷. Deste modo, o pintor coloca-se forçosamente num ponto fixo para construir a sua obra. Condicionada pela perspetiva, altera-se a relação do Ocidente¹⁸ com a paisagem, que é deste modo objetivada – «um espaço euclidiano, uma “extensão de terra”»¹⁹. Esta possibilidade tornou-se central na forma de representar a ponto de, em diferentes línguas europeias, a palavra *perspetiva* ser sinónimo de *ponto de vista* ou *posicionamento* e não apenas de *desenho linear*. Passou a ser um conceito que domina o modo como as pessoas se posicionam para olhar e pensar o que as rodeia²⁰. De pintura de perspetiva, o conceito *paisagem* expandiu-se «para incluir formas “corretas” de ver a “natureza”»²¹. O espaço é racionalizado, submetendo-se às leis da geometria e ao rigor científico Cartesiano.

Como se constata, ao tornar o território *paisagem*, adequando-se aos cânones da modernidade emergente do Iluminismo e ao desenvolvimento do capitalismo, esta deixou de ser *terra/solo* para se tornar uma representação; algo que pode ser analisado e dissecado de diferentes modos, racionalizado pela ciência Cartesiana. Sobretudo, implicou que o ser humano se colocasse fora do mundo, numa posição de observador, como se não participasse na sua construção. Não apenas através da pintura, mas igualmente da cartografia, da literatura de viagens e, posteriormente, da fotografia e outras artes visuais, o espaço foi fixado através de pontos de vista específicos, separando observador e observado.

Mas, e se a paisagem nunca deixou de ser *terra*, um elemento material? Como nota Ingold, a análise etimológica feita ao termo *paisagem* (*landscape* em inglês)

¹² Segundo DONADIEU, 2002 este termo está também na origem do termo francês *paysage*.

¹³ SCHAMA, 1995: 10.

¹⁴ WYLIE, 2007: 21.

¹⁵ ANTROP, 2013: 12.

¹⁶ SCHAMA, *op. cit.*

¹⁷ CAUQUELIN, 2013; 2014: 27.

¹⁸ O conceito *paisagem* é aqui visto sempre do ponto de vista da cultura Ocidental, Europeia e Norte-Americana, que o desenvolveu a partir de uma relação com o mundo muito própria, que é estranha a outras culturas e conceções do mundo.

¹⁹ PEREIRA, 1999: 107.

²⁰ WYLIE, 2007: 56-58.

²¹ BENDER, 2013: 307.



Fig. 2.
Mulheres cavando,
Faveiros.

centrou-se no termo *scape*, como derivando do grego *skopos* e desta forma associando-o a um sistema *escópico*, de visão: «“Scape”, muito pelo contrário, vem do inglês antigo *sceppan* ou *skyppan*, que significa “dar forma” (Olwig 2008)»²². Ou seja, estará associado ao trabalho agrícola de transformação da própria terra.

Deste modo o *território é paisagem*, mas sem deixar de ser o solo em que se vive. Para vermos um território não temos necessariamente de nos separar dele. Na origem o termo designava não apenas o que se vê mas o que comporta, como a região ou o sistema de espaços rurais, noção que permite que a paisagem seja *vivida* e não apenas *vista*²³. Essa é a visão da geógrafa A. Sgard, que olha para *território* e *paisagem* como termos que partilham a mesma base, sendo ambos «construções históricas e sociais, feitos de propriedade individual e coletiva, uma mistura factual e simbólica, integrando as dimensões individuais e subjetivas, os imaginários e as práticas»²⁴.

É essa abordagem que defende Ingold²⁵, procurando compreender o mundo para lá das evidências mensuráveis da ciência Cartesiana. A paisagem surge em função das pessoas que a habitam e a forma como o fazem, constituindo-se mutuamente. Assim, este autor advoga que devemos posicionar-nos perante a paisagem não como observadores mas como participantes. Este posicionamento «não é oposto

²² INGOLD, 2011: 126.

²³ BROOK, 2013: 109.

²⁴ SGARD, 2012: 58.

²⁵ INGOLD 2000; —, 2011.

à observação mas uma condição para ela, tal como a luz é uma condição para ver as coisas, o som para as ouvir, e o tato para as tocar»²⁶.

Como se percebe das interpretações da origem do conceito, podemos, por um lado, ter uma *paisagem* que se aproxima mais do ser humano, onde ele está imerso, e, por outro, uma *paisagem* destinada a ser vista do exterior, representada. São principalmente estas duas correntes que marcam teoricamente diferentes disciplinas, que elegem a paisagem como objeto de estudo, cada uma focando aspectos diferenciados, procurando a sua definição, conceitos e métodos de investigação. Em suma, mais do que uma definição precisa do que é *paisagem*, parece importante definir como nos posicionamos perante ela, como a abordamos. Para investigar a paisagem é importante ter em conta como se olha para esse *artefacto*, uma vez que o posicionamento adotado irá claramente influenciar a ideia final de *paisagem*, bem como o rumo seguido pela pesquisa.

Assim, da questão inicial sobre *o que é a paisagem?* partimos para a interrogação *Paisagem: ver ou viver?*, paisagem como algo que é olhado ou habitado. Tal implica diferentes posicionamentos perante a realidade, associando-se ou a um pensamento decorrente do racionalismo moderno ou a reflexões fenomenológicas sobre a realidade. Ainda assim, como nota J. Wylie, observar e habitar não se excluem mutuamente pois «olhar é parte de viver, não um complemento»²⁷.

Entender a paisagem como *vista* implica a hegemonia da visão sobre os restantes sentidos. Esta postura, que estruturou o conceito ocidental de *paisagem*, surge a partir do Iluminismo, época marcada pela vontade de «domesticar e dominar um mundo objetivado»²⁸.

A conceção da visão como sentido nobre face aos sentidos de *contacto* é algo que vem já da Antiguidade grega, mas é Descartes quem a coloca no centro. Procurando evitar os erros da percepção, Descartes privilegia a cognição sobre a sensação²⁹, conduzindo o seu pensamento à separação entre corpo e mente, entre pensamento e mundo³⁰. Consequentemente há uma separação entre os mundos dos valores e dos objetos físicos, opondo assim *cultura a natureza*.

Deste modo, sujeito e objeto de conhecimento formam também uma dualidade oposta, em que o sujeito se coloca fora do mundo para o observar, tendo que «reconstruir o mundo, na mente, antes de qualquer envolvimento significativo com ele.»³¹. O espaço é neutralizado em mapas, representações, sem movimento, neutro.

²⁶ INGOLD, 2011: 129.

²⁷ WYLIE, 2007: 4.

²⁸ SALMOND, 1982 *apud* BENDER, 2013: 304.

²⁹ INGOLD, 2000, PEREIRA, 1999.

³⁰ WYLIE, 2007: 145-146.

³¹ PEREIRA, 1999: 2-3.

Simultaneamente também se neutraliza o tempo. Submetido ao rigor mensurável, torna-se linear, marcado por segmentos sempre iguais, artificiais, desligados do ser humano – como refere Ingold³² o tempo *descorporifica-se*. O ser humano fica assim fora do espaço e num tempo encapsulado, a paisagem fica lá fora, torna-se uma imagem cultural.

PAISAGEM E HABITAR O MUNDO

Considerando a paisagem como um processo em formação constante, o seu entendimento requer que se reconheça a experiência quotidiana que a constitui. Uma teoria que se adequa ao estudo da paisagem deste ponto de vista é a fenomenologia, já que «envolve a compreensão e descrição das coisas como são experienciadas pelo sujeito». Para Merleau-Ponty³³, o sujeito não é um mero espectador mas está envolvido e é esse envolvimento, que é material e físico, que determina a forma como se dá a sua percepção. Portanto, é a fisicalidade da relação do ser com o mundo que permite um melhor entendimento e conhecimento do mesmo³⁴. Deste modo acaba a oposição corpo/mente, sendo o corpo entendido como uma forma de *estar no mundo*³⁵ e não um objeto fora da consciência. Este posicionamento do corpo também permite ultrapassar o dualismo sujeito/objeto, uma vez que é a experiência do corpo que permite construir o conhecimento.

Dentro desta perspetiva é através das coordenadas relacionais do nosso corpo que contactamos com a paisagem, assentando aqui a experiência que temos dos lugares. Assim, a experiência dos lugares assenta na bilateralidade humana imposta pelas referidas dimensões, que constituem os limites da percepção, o que está visível do invisível, sendo cada experiência incompleta, dada de um *ponto de vista* – «nunca representamos o que está ali mas sempre e somente um aspecto» do que vemos³⁶. Contudo, Tilley nota que cada artefacto está no espaço, mas também está no tempo e, portanto, para o seu entendimento contam os aspectos visíveis como os invisíveis, num processo de formação constante.

³² INGOLD, 1993; —, 2000.

³³ MERLEAU-PONTY, 1999.

³⁴ TILLEY, 1994: 12; —, 2004.

³⁵ O conceito de *estar-no-mundo*, colocado em itálico, foi desenvolvido por M. Heidegger. Prende-se com a necessidade que o ser humano tem das coisas que constituem o mundo «os instrumentos da sua vida e da sua ação». Assim, *estar-no-mundo* tem a ver com essa relação estabelecida com as coisas, com o *cuidar* delas: «mudá-las, manipulá-las, repará-las, construí-las; e esta preocupação, por ser característica do homem enquanto está no mundo, determina também o ser das coisas no mundo.» ABBAGNANO, 1978: 197-8.

³⁶ TILLEY, 2006: 27.

Relativamente à questão da percepção Ingold³⁷ posiciona-se de forma diferente. Reconhecendo algumas limitações da interpretação fenomenológica, conjuga-a com a psicologia ecológica de James Gibson, procurando que corpo e mente não se oponham. Ingold elimina a oposição natureza/cultura considerando as pessoas como organismos cujo relacionamento não se limita à esfera da sociabilidade humana, mas que pressupõe uma interação com toda a vida orgânica. Este conceito de ser humano trata as relações sociais como relações ecológicas, isto porque tem em conta os organismos humanos e não-humanos.

Ainda relativamente à percepção da paisagem, Ingold³⁸ nota que a maioria dos autores, incluindo Tilley, se limita às relações das pessoas e ao conhecimento que desenvolvem na relação com a paisagem, esquecendo as condições meteorológicas. Ainda que não alterem a materialidade da paisagem, são fundamentais pois passamos a ver as mesmas coisas de forma diferente.

Outra questão central na construção do conhecimento a partir do corpo é a utilização de todos os sentidos. Estes são parte integrante do corpo, não havendo a primazia de um relativamente aos restantes. Mas note-se que os sentidos não são isolados, fazendo parte «da imersão de uma pessoa no mundo»³⁹. Em vez de usar os sentidos separadamente, como acontece no pensamento analítico, a percepção numa abordagem fenomenológica implica a sua conjugação. Como refere Tilley⁴⁰, no caso da paisagem a forma de participação é tal que não distinguimos os sentidos, sendo esse processo realizado posteriormente e de forma artificial.

A experiência incorporada permite assim acumular saber sobre os lugares, evocando uma outra dimensão fundamental para o conhecimento da paisagem: o tempo, que surge como uma quarta dimensão que se junta às dimensões espaciais⁴¹. Tempo e paisagem entrelaçam-se pois, à semelhança dos humanos que incorporam as suas experiências, também o meio ambiente incorpora uma série de ciclos «que se construíram sob a forma de paisagem»⁴². Em vez de uma abstração, o tempo é pautado pelos diferentes ritmos, não se podendo falar de uma cadeia unidimensional de tempo. Esta visão permite trazer o tempo de volta à vida dos seres humanos em função dos ciclos que criam pela forma como estão no mundo. Desta forma, a paisagem é gerada no movimento, estando em permanente construção – *a paisagem é o tempo materializando-se*, como define Bender.

³⁷ INGOLD, 2000.

³⁸ INGOLD, 2011.

³⁹ THOMAS, 2013: 47.

⁴⁰ TILLEY, 2004.

⁴¹ TILLEY, 2004; INGOLD, 1993, 2000.

⁴² INGOLD, 1993: 157.



Fig. 3.
Conhecer a
paisagem andando,
Quinta de Ventozelo,
S. João da Pesqueira.

Entender a paisagem e o ser humano (pessoa-organismo) deste modo implica, segundo Ingold⁴³, que tudo seja enquadrado numa *perspectiva de habitar*⁴⁴, proposta baseada na discussão dos conceitos de M. Heidegger⁴⁵ sobre o que é construir e habitar. Ingold sugere que é nesta prática de *habitar* que se transmite o saber-fazer e não através dos genes ou de práticas culturais. Dentro deste quadro, aquilo que o ser humano constrói resulta das suas relações práticas com o ambiente. A construção é um processo contínuo, que dura enquanto as pessoas *habitam* o meio⁴⁶. A paisagem torna-se um organismo vivo em que se desenrolam formas de habitar e onde interagem elementos humanos e não-humanos. A sua construção é contínua e permanente ao longo das estações, ao longo dos anos, implicando as populações com o seu espaço de vivência que é assim construído. Tal como Ingold, podemos falar das formas do ambiente como arquitetura, ainda que sem arquitetos, uma vez que construímos enquanto habitamos.

Neste enquadramento fenomenológico podemos definir paisagem como:

*o mundo como ele é conhecido por aqueles que nele habitam, que habitam os seus lugares e viajam pelos caminhos que os ligam*⁴⁷.

⁴³ INGOLD, 2000.

⁴⁴ O termo original é «dwelling perspective». O termo *dwelling* pode ser literalmente traduzido por local de habitação, casa e neste texto é entendido como habitar.

⁴⁵ A obra que serve de referência a Ingold é *Building, Dwelling and Thinking* (1971).

⁴⁶ INGOLD, 2000: 188.

⁴⁷ INGOLD, 1993: 156.

Ou como

*conjuntos percebidos e incorporados de relações entre lugares, uma estrutura de sentimento humano, emoção, habitação, movimento e atividade prática dentro de uma região geográfica que pode ou não possuir fronteiras topográficas precisas ou limites*⁴⁸.

CONCLUSÕES

Considerando as interrogações colocadas no início deste artigo, conclui-se que entre as várias interpretações do conceito de *paisagem* aquela que melhor se adapta a uma leitura museológica do artefacto é a que ultrapassa a tradicional noção do *ver*, convocando todos os sentidos para a experiência. Mais do que *vista*, a paisagem deve ser *sentida*. Esta utilização dos sentidos, proposta pela abordagem fenomenológica, pressupõe que se esteja dentro do mundo e não fora dele, como um espectador, concebendo o conhecimento da paisagem através da participação. Um conhecimento não participado «apenas nos pode dar modelos abstratos para pensar as paisagens em vez de modelos *de* paisagens como elas são sensorialmente vividas.»⁴⁹.

Nesse sentido, o contributo desta reflexão é entender musealmente a paisagem como um artefacto espacial e temporal, onde se desenvolve a vida através da relação de seres humanos e não humanos, e que, como fenómeno social, não se pode dissociar da experiência vivida. Entender este conceito sob esta perspectiva implica, pois, que se incorpore não apenas aquilo que se vê, mas toda a vida sensorial que gera os elementos materiais e imateriais que a compõem. Resultando do entrelaçamento entre território e comunidade, este artefacto testemunha a forma como se habita o mundo, constituindo por isso uma memória de formas de vida.

Reconhecendo que algumas das *experiências de paisagem* são dificilmente transponíveis para o papel, para a escrita, considera-se, contudo, que esta abordagem constitui uma interessante alternativa teórica e metodológica para entender a paisagem, permitindo explorar as contradições da sua patrimonialização a partir dos entendimentos de quem a constrói na sua atividade prática.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola (1978) – *História da Filosofia*. Vila da Feira: Editorial Presença, vol. XIV.
 AGUIAR, Fernando Bianchi de, ed. (2000) – *Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial*. Porto: FRAH.

⁴⁸ TILLEY, 2004: 25.

⁴⁹ TILLEY, 2004: 28.

- ANTROP, Marc (2013) – *A brief history of landscape research*. In HOWARD, Peter; THOMPSON, Ian; WATERTON, Emma, eds. – *The Routledge Companion to Landscape Studies*. London, New York: Routledge, p. 12-22.
- BENDER, Barbara (2005 [rep.]) – *Landscape and Politics*. In BUCHLI, Vitor, ed. – *The material culture reader*. Oxford: Berg, p. 135-74.
- (2013) – *Place and Landscape*. In TILLEY, Christopher et al., eds. – *Handbook of Material Culture*. London: Sage, p. 303-14.
- BROOK, Isis (2013) – *Aesthetic appreciation of landscape*. In HOWARD, Peter; THOMPSON, Ian; WATERTON, Emma, eds. – *The Routledge Companion to Landscape Studies*. London, New York: Routledge, p. 108-18.
- CAUQUELIN, Anne (2013) – *Paisagem e virtual, dois mundos separados*. In CARDOSO, Isabel Lopes, ed. – *Paisagem Património*. Porto: Dafne Editora/CHAIA, p. 19-31.
- (2014) – *A invenção da paisagem*. Lisboa, Edições 70.
- COSGROVE, Denis (2006) – *Modernity, Community and the Landscape Idea*. «Journal of Material Culture», Vol. 11 (1/2), 49-66.
- DONADIEU, Pierre (2002) – *La Société paysagiste*. [s. l.], Actes Sud/ENSP.
- EUROPE, Council of (2000) – *European Landscape Convention*. Florence: Council of Europe.
- HOWARD, Peter; THOMPSON, Ian; WATERTON, Emma, eds. (2013) – *The Routledge Companion to Landscape Studies*, London, New York: Routledge.
- INGOLD, Tim (1993) – *The Temporality of the Landscape*. «World of Archaeology» [Online], 25 [Accessed 27/09/2009].
- (2000) – *The perception of the environment: Essays on livelihood, dwelling and skill*. London, Routledge.
- (2011) – *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. New York, Routledge.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1999) – *Fenomenologia da percepção*. São Paulo, Martins Fontes.
- OLWIG, Kenneth R. (1996) – *Recovering the Substantive Nature of Landscape*. «Annals of the Association of American Geographers», 86, 630-653.
- PEREIRA, Sandra Isabel de Oliveira Xavier (1999) – *Acerca da visibilidade do lugar: experiência e representação do vale do Côa*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa. Tese de mestrado em Antropologia.
- RONCAYOLO, Marcel (1986) – *Território*. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: INCM.
- SCHAMA, Simon (1995) – *Landscape and memory*. New York, Random House.
- SGARD, Anne (2012) – *Le partage du paysage*. Grenoble: Université de Grenoble. Tese de doutoramento em Geografia.
- THOMAS, Julian (2013) – *Phenomenology and Material Culture*. In TILLEY, C. et al, eds. – *Handbook of Material Culture*. London: Sage.
- TILLEY, Christopher (1994) – *A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments*. Oxford/ Providence: Berg Publishers.
- (2004) – *The Materiality of Stone: explorations in landscape phenomenology*. Oxford, New York: Berg.
- (2006) – *Introduction: Identity, place, landscape and heritage*. «Journal of Material Culture», 11 (1/2), 7-32.
- WATTCHOW, Brian (2013) – *Landscape and a sense of place: a creative tension*. In HOWARD, Peter, THOMPSON, Ian & WATERTON, Emma, eds. – *The Routledge Companion to Landscape Studies*. London, New York: Routledge.
- WYLIE, John (2007) – *Landscape*. London and New York: Routledge.